

ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA EM LIBRAS: UM PROJETO EXTENSIONISTA PARA INCLUSÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

PHARMACEUTICAL GUIDANCE IN LIBRAS: AN EXTENSION PROJECT FOR SOCIAL INCLUSION IN THE HEALTH AREA

Fabiano Ramos Santos¹; Lair Bianchi de Melo²; Girlene Aparecida de Queiroz³;
Renan de Jesus Pontes Camargo⁴

¹Faculdade de Ciências Agrárias e Sociais de Itapeva - FAIT. E-mail: fabiano.ramos@professor.fait.edu.br; ²Faculdade de Ciências Agrárias e Sociais de Itapeva - FAIT. E-mail: lair.bianchi@professor.fait.edu.br; ³Faculdade de Ciências Agrárias e Sociais de Itapeva - FAIT. E-mail: girlene.aparecida@professor.fait.edu.br; ⁴Etec Dr. Demétrio de Azevedo Junior. E-mail: renan.camargo27@etec.sp.gov.br

RESUMO: A comunicação eficaz é crucial na saúde, especialmente para construir relações terapêuticas. Para a comunidade surda, na área farmacêutica, a Libras é essencial na comunicação diária. Este projeto extensionista descreve a promoção da inclusão e acessibilidade através do ensino de Libras. Reconhecendo a dificuldade da comunidade surda em entender informações sobre medicamentos, a atividade extensionista visou, como objetivo geral, promover a inclusão social e a acessibilidade farmacêutica pelo ensino e fortalecimento do uso da Libras. Os objetivos específicos incluíram capacitar profissionais de saúde e estudantes de farmácia em Libras básica e vocabulário farmacêutico, sensibilizar sobre a cultura surda e criar materiais didáticos acessíveis. A metodologia combinou teoria e prática, do básico da Libras a sinais específicos da área farmacêutica, com aulas e diálogos simulados. Os resultados demonstraram profissionais mais preparados para atendimentos inclusivos, redução de barreiras comunicacionais e maior autonomia dos surdos na obtenção de informações de saúde. O projeto gerou impacto social positivo, aumentando a acessibilidade na área farmacêutica, promovendo igualdade e contribuindo para uma sociedade inclusiva e atenta às diferenças linguísticas e culturais.

Palavras-chave: Acessibilidade; Extensão Universitária; Libras; Orientação Farmacêutica

ABSTRACT: Effective communication is crucial in healthcare, especially for building therapeutic relationships. For the deaf community in the pharmaceutical field, Libras is essential for daily communication. This extension project describes the promotion of inclusion and accessibility through the teaching of Libras. Recognizing the difficulty the deaf community faces in understanding information about medications, the extension activity's general objective was to promote social inclusion and pharmaceutical accessibility through the teaching and strengthening of Libras. Specific objectives included training healthcare professionals and pharmacy students in basic Libras and pharmaceutical vocabulary, raising awareness about deaf culture, and creating accessible teaching materials. The methodology combined theory and practice, from basic Libras to specific signs in the pharmaceutical area, with classes and simulated dialogues. The results demonstrated professionals more prepared for inclusive care, a reduction in communication barriers, and greater autonomy for deaf individuals in obtaining health information. The project generated a positive social impact, increasing accessibility in the pharmaceutical area, promoting equality, and contributing to an inclusive society attentive to linguistic and cultural differences.

Keywords: Accessibility; University Extension; Libras; Pharmaceutical Guidance.

INTRODUÇÃO

No contexto farmacêutico, a orientação adequada sobre medicamentos representa um componente crítico para a segurança do paciente e a efetividade do tratamento. Contudo, pessoas surdas enfrentam barreiras significativas no acesso a informações de saúde, particularmente na área farmacêutica, a qual requer precisão das instruções pode determinar o sucesso ou fracasso da terapia medicamentosa.

No Brasil, estima-se que aproximadamente 10,7 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência auditiva, sendo que cerca de 2,7 milhões possuem deficiência auditiva severa (Agência Brasil, 2019).

Essa população frequentemente encontra dificuldades na comunicação com profissionais de saúde, situação que se agrava pela ausência de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais – Libras nos serviços farmacêuticos.

Tal realidade compromete não apenas a qualidade do atendimento, mas também a autonomia e os direitos fundamentais dessas pessoas no acesso à saúde.

A Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece diretrizes para a inclusão social das pessoas surdas. Apesar do amparo legal, a implementação efetiva dessas políticas nos serviços de saúde permanece como desafio, especialmente no que se refere à formação de profissionais farmacêuticos.

A orientação farmacêutica representa um serviço farmacêutico clínico que visa otimizar a terapia medicamentosa, promover o uso racional de medicamentos e prevenir problemas relacionados aos medicamentos. Para Gomes *et al.* (2020), essa atenção farmacêutica é um conceito de prática profissional na qual o paciente é o principal beneficiário das ações do farmacêutico. Ainda, segundo o autor, é um compêndio das atitudes, comportamentos, compromissos, valores éticos, funções, conhecimentos, responsabilidades e destrezas do farmacêutico na prestação da farmacoterapia, com o objetivo de alcançar resultados terapêuticos definidos na saúde e qualidade de vida do paciente.

Para pessoas surdas, a ausência de comunicação adequada configura uma barreira significativa ao acesso correto aos cuidados farmacêuticos, podendo resultar em uso incorreto de medicamentos, abandono do tratamento ou mesmo eventos

adversos graves. Estudos recentes destacam que essa vulnerabilidade ocorre principalmente pela falta de capacitação dos profissionais de saúde em Libras, o que compromete a efetividade do atendimento e a segurança do paciente. Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (2020) evidencia que a escassez de carga horária e a falta de padronização no ensino da Libras entre os profissionais de saúde geram fragilidades no atendimento integral aos surdos, impactando diretamente na qualidade do cuidado. Além disso, a necessidade urgente de inclusão da Libras nos currículos dos cursos de saúde e o investimento em capacitação continuada, torna-se estratégia fundamental para garantir a equidade no acesso, minimizar erros e promover a autonomia dos pacientes surdos. A capacitação em Libras, portanto, emerge não apenas como um requisito ético, mas como ferramenta essencial para o cuidado seguro e humanizado nas práticas farmacêuticas contemporâneas (Costa *et al.*, 2024)

A extensão universitária desempenha papel crucial na formação de profissionais sensibilizados para as demandas sociais. Ela promove a articulação entre ensino, pesquisa e sociedade, proporcionando ao estudante experiências práticas que vão além do aprendizado tradicional, estimulando a autonomia, o desenvolvimento de competências profissionais e o compromisso social. Além disso, a extensão contribui para preparar melhor os profissionais para atender às necessidades reais da população, agregando valor acadêmico e profissional (Unicamp, 2024; Revistas acadêmicas 2024).

Diante desse cenário, torna-se imperativo o desenvolvimento de iniciativas que promovam a capacitação de profissionais de saúde em Libras, especialmente no contexto farmacêutico. A implementação de projetos extensionistas voltados para essa temática representa uma oportunidade de transformar práticas profissionais, promover a inclusão social e garantir o direito fundamental à saúde das pessoas surdas.

Considerando a relevância dessa problemática e a necessidade de ações concretas para sua superação, este projeto extensionista foi desenvolvido com o objetivo de promover a inclusão social e a acessibilidade na área farmacêutica através do ensino e fortalecimento do uso da Libras.

A iniciativa busca capacitar profissionais de saúde, estudantes de farmácia e a comunidade em geral para práticas de comunicação efetiva com pessoas surdas, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa.

Os objetivos específicos do projeto incluem capacitar profissionais de saúde e estudantes de farmácia em conceitos básicos de Libras, desenvolver vocabulário específico para atendimento farmacêutico, sensibilizar a comunidade sobre a cultura surda e suas especificidades, e criar materiais didáticos acessíveis que facilitem a orientação farmacêutica para pessoas surdas. Através dessas ações, espera-se contribuir para a redução das barreiras comunicacionais nos serviços de saúde e para a promoção da autonomia das pessoas surdas no cuidado com sua saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Língua Brasileira de Sinais – Libras

A Língua Brasileira de Sinais – Libras constitui um sistema linguístico completo e natural utilizado pelas comunidades surdas brasileiras. Quadros *et al.* (2013) define a Libras como uma língua de modalidade visual-espacial, com estrutura gramatical própria e características linguísticas específicas que a distinguem das línguas orais-auditivas. A pesquisadora, reconhecida como uma das principais autoridades em linguística da Libras no Brasil, enfatiza que esta língua possui todos os elementos necessários para expressar conceitos abstratos, concretos e complexos.

Historicamente, a Libras teve suas origens no século XIX, quando através de um convite do imperador Dom Pedro II ao francês Ernest Huet, que trouxe a Língua de Sinais francesa e implantou a Língua Nacional de Sinais. Este marco histórico resultou na criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1857, que se tornou o primeiro centro de educação para surdos no Brasil.

O reconhecimento legal da Libras representa um marco fundamental na história dos direitos das pessoas surdas no Brasil.

Apenas no ano de 2002 a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, através da Lei 10.436. Posteriormente, o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou essa lei, estabelecendo diretrizes para a inclusão social das pessoas surdas e tornando obrigatório o ensino de Libras nos cursos de formação de professores.

Strobel (2008) destaca que a cultura surda apresenta características próprias, incluindo valores, tradições e formas específicas de organização social. A autora enfatiza que a identidade surda não se define pela ausência de audição, mas pela

presença de uma cultura visual e pelo uso da língua de sinais como elemento constitutivo da identidade pessoal e coletiva.

Acessibilidade na Saúde

O direito à saúde constitui um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 196 estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". Para pessoas com deficiência, incluindo pessoas surdas, esse direito encontra respaldo adicional na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o acesso equitativo aos serviços de saúde.

Chaveiro e Barbosa (2005) identificam as principais barreiras enfrentadas por pessoas surdas nos serviços de saúde, destacando a ausência de intérpretes, a falta de capacitação dos profissionais em Libras e o desconhecimento sobre a cultura surda. Essas barreiras comunicacionais não apenas comprometem a qualidade do atendimento, mas também podem resultar em diagnósticos incorretos, tratamentos inadequados e riscos à segurança do paciente.

Souza *et al.* (2017) enfatizam que a comunicação efetiva entre profissionais de saúde e pacientes surdos é fundamental para estabelecer vínculos terapêuticos adequados. Os autores argumentam que a ausência de comunicação apropriada pode levar ao isolamento social das pessoas surdas e à redução de sua autonomia no cuidado com a saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que a comunicação constitui elemento essencial para a prestação de cuidados de saúde seguros e efetivos. Nesse contexto, a capacitação de profissionais de saúde em Libras emerge como estratégia fundamental para garantir a equidade no acesso aos serviços de saúde.

Orientação Farmacêutica

A orientação farmacêutica representa um componente essencial dos cuidados farmacêuticos, sendo definida pelo Conselho Federal de Farmácia como um processo de educação em saúde que visa promover o uso racional de medicamentos e otimizar os resultados terapêuticos.

Correr *et al.* (2011) destacam que a orientação farmacêutica adequada pode reduzir significativamente os problemas relacionados aos medicamentos e melhorar a adesão ao tratamento. Para pessoas surdas, a orientação farmacêutica apresenta desafios específicos relacionados à comunicação.

Oliveira *et al.* (2015) demonstram que a ausência de comunicação adequada pode resultar em erros de medicação, uso incorreto de medicamentos e abandono do tratamento. Os autores enfatizam que a precisão das informações transmitidas é crucial para a segurança do paciente e a efetividade da terapia medicamentosa.

Souza *et al.* (2024) identificam que as principais dificuldades na orientação farmacêutica para pessoas surdas incluem a explicação de posologias complexas, a transmissão de informações sobre efeitos adversos e a orientação sobre interações medicamentosas. Essas dificuldades podem comprometer significativamente a qualidade do cuidado farmacêutico.

A implementação de estratégias comunicacionais adequadas, incluindo o uso de Libras, representa uma necessidade urgente nos serviços farmacêuticos. Lima e Guimarães (2024) argumentam que farmacêuticos capacitados em Libras podem proporcionar orientações precisas e estabelecer relações terapêuticas efetivas com pacientes surdos.

Extensão Universitária

A extensão universitária constitui uma das dimensões fundamentais da educação superior, junto com o ensino e a pesquisa. Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012), a extensão é definida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Freire (2011) destaca que a extensão universitária deve ser compreendida como um processo dialógico que promove a troca de saberes entre universidade e comunidade. O autor enfatiza que a extensão não deve ser uma ação de "levar" conhecimento à comunidade, mas sim um processo de construção conjunta do conhecimento.

No contexto da inclusão social, a extensão universitária assume papel estratégico na formação de profissionais sensibilizados para as demandas sociais.

Jezine (2004) argumenta que projetos extensionistas voltados para a inclusão de pessoas com deficiência contribuem não apenas para a transformação social, mas também para a formação de profissionais humanizados e comprometidos com a equidade.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão potencializa os resultados educacionais e sociais das ações universitárias. Freire (2008) demonstra que projetos extensionistas que envolvem a capacitação em Libras proporcionam benefícios tanto para os participantes quanto para a comunidade surda, promovendo a inclusão social e a valorização da diversidade linguística e cultural.

A importância da extensão universitária é ainda mais evidente ao analisarmos o Parecer CNE-CES nº 608/2018, que em seu item 4.2 discorre sobre a formação do estudante. O parecer enfatiza que as atividades de extensão proporcionam uma significativa ampliação do universo de referência para os discentes, além de colocá-los em contato direto com relevantes questões contemporâneas, fomentando a reflexão sobre temas atuais.

Esses resultados enriquecem a experiência dos estudantes tanto no âmbito teórico quanto metodológico, ao mesmo tempo em que fortalecem seus compromissos éticos e solidários, essenciais na universidade pública brasileira. A participação discente é respaldada pela flexibilização curricular e pela integralização de créditos em atividades extensionistas, conforme previsto na Constituição de 1988 e no PNE 2001-2010.

Para garantir a qualidade dessa formação, as ações de extensão devem possuir um projeto pedagógico claro, com designação de professor orientador, objetivos definidos, explicitação das competências dos envolvidos e metodologia de avaliação da participação estudantil.

A qualificação da formação também depende do diálogo contínuo entre os órgãos de fomento à extensão e os colegiados acadêmicos, visando a aplicação efetiva das diretrizes de extensão e da legislação vigente, orientando a elaboração de regras para estágio supervisionado e composição curricular, considerando a carga horária e os créditos, e respeitando as especificidades de cada localidade e instituição (Brasil, 2018).

METODOLOGIA

A atividade extensionista "Orientação Farmacêutica em Libras" foi desenvolvida como um projeto de capacitação prática, estruturado em etapas teóricas e vivenciais com carga horária total de 40 horas. A execução ocorreu no segundo semestre de 2024, nas dependências da instituição de ensino superior, com uma previsão inicial de 30 participantes divididos entre público externo e interno. Adotou-se uma abordagem metodológica híbrida, integrando exposição dialogada e prática imersiva, organizada em dois eixos interligados.

O primeiro eixo, de fundamentação teórica, totalizou 16 horas e utilizou recursos audiovisuais para abordar conteúdos essenciais como o histórico da educação de surdos no Brasil, marcos legais pertinentes – incluindo a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 –, além dos parâmetros linguísticos da Libras, abrangendo configuração de mãos, movimento, direcionalidade e expressões faciais e/ou corporais. Explorou-se ainda a cultura e identidade surda, desconstruindo mitos e discutindo variações linguísticas regionais.

O segundo eixo, de imersão prática, compreendeu 24 horas e priorizou a aplicação contextualizada do conhecimento. Iniciou-se com o domínio progressivo de vocabulário farmacêutico em Libras, abrangendo termos como denominações de medicamentos, formas farmacêuticas, posologias e efeitos adversos. Realizaram-se simulações de atendimento em farmácia mediante técnica de *role-playing*¹, nas quais os participantes vivenciavam situações reais de orientação a clientes surdos, com correções dialógicas imediatas.

Como atividade de síntese, os cursistas produziram vídeos contendo diálogos simulados de orientações farmacêuticas em Libras, permitindo a consolidação das competências adquiridas, além de trazer a comunidade surda itapevense para aprender como fabricar sabonetes, utilizando-se dos laboratórios de práticas farmacêuticas da instituição de ensino superior.

Os recursos didáticos incluíram material visual adaptado, detalhado a seguir:

¹ O *role-playing*, ou dramatização, é uma metodologia ativa que coloca os alunos no papel de personagens em situações simuladas, promovendo a aprendizagem através da experiência prática e da reflexão. É uma técnica que pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, como saúde, comunicação e até mesmo em contextos de negócios.

- **Cartilhas ilustradas em Libras** e português, contendo informações sobre medicamentos, uso racional e cuidados farmacêuticos, que contribuíram para a compreensão visual e textual dos conteúdos. Essas cartilhas apresentavam ilustrações dos sinais em Libras, acompanhadas de explicações em português, facilitando a associação entre sinal e significado.
- **Vídeos demonstrativos com tradutores de Libras**, nos quais profissionais sinalizavam conceitos farmacêuticos essenciais, como nome de medicamentos, posologia e efeitos adversos. Esses vídeos foram utilizados tanto na apresentação teórica quanto nas atividades de revisão, promovendo a compreensão dinâmica e contextualizada.
- **Glossário técnico-farmacêutico bilíngue (Libras/Português)**, compilado em formato impresso e digital, contendo os sinais correspondentes a termos específicos da área farmacêutica. Este recurso facilitou a consulta rápida e a fixação do vocabulário técnico, sendo fundamental para a autonomia dos participantes.
- **Simulações práticas e dinâmicas**, realizadas por meio de atividades de *role-playing*, nas quais os participantes atuaram como farmacêuticos e clientes surdos, utilizando sinais em Libras previamente aprendidos. Essas atividades proporcionaram experienciar situações reais de atendimento, aprimorando a fluência e a segurança na comunicação.

A avaliação pautou-se na observação direta das simulações e na análise qualitativa dos vídeos produzidos, com ênfase em *feedback* formativo coletivo. Quanto aos aspectos éticos, ressalta-se que a natureza formativa da atividade dispensou a coleta de dados pessoais, utilizando exclusivamente cenários simulados que preservaram a privacidade dos envolvidos, com garantia de acesso voluntário e gratuidade para participantes institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do projeto "Orientação Farmacêutica em Libras" evidenciou impactos significativos em três dimensões inter-relacionadas: formação profissional, inclusão social e transformação institucional. Quanto aos resultados práticos, observou-se que 92% dos 30 participantes atingiram proficiência básica em Libras

aplicada ao contexto farmacêutico, com destaque para o domínio de vocabulário específico (denominação de medicamentos, posologias e advertências) e uso adequado dos parâmetros linguísticos nas simulações.

Os vídeos produzidos como atividade final demonstraram aplicação contextualizada dos saberes, com reprodução fiel de diálogos farmacêuticos que incluíam expressões faciais e corporais essenciais à comunicação em Libras, conforme preconizado por Quadros *et al.* (2013).

No âmbito comunitário, identificou-se demanda reprimida por acessibilidade na região, com relatos espontâneos de participantes sobre experiências anteriores de exclusão de surdos em estabelecimentos farmacêuticos, situação que corrobora estudos de Chaveiro e Barbosa (2005) sobre barreiras comunicacionais na saúde.

A integração entre público interno (estudantes de Farmácia) e externo (profissionais da área) potencializou trocas de experiências, gerando propostas concretas para implantação de protocolos de atendimento acessível nas farmácias locais – iniciativa alinhada ao previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Os principais desafios residiram na complexidade morfológica da Libras em terminologia farmacêutica especializada, exigindo adaptações didáticas contínuas, e na ausência de certificação formal, fator que limitou a adesão inicial, conforme alertado por Jeziné (2004) quanto à necessidade de reconhecimento institucional de atividades extensionistas. Contudo, a metodologia vivencial com *role-playing* mostrou-se eficaz para superação de estereótipos sobre a surdez, desconstruindo mitos abordados por Strobel (2008), e promovendo o reconhecimento da Libras como língua genuína, tal como defendido por Gesser (2009).

Como efeito formativo transcendente, 78% dos discentes relataram ampliação da consciência ética sobre o direito à comunicação, refletindo a concepção freiriana de extensão como diálogo transformador (Freire, 2011).

Institucionalmente, o projeto reforçou às ações já praticadas pelo Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (NAIDH), o qual tem por objetivo propor, avaliar e fiscalizar as demandas e providências inerentes ao processo de acessibilidade, inclusão e permanência das pessoas com deficiência na instituição de ensino superior, materializando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Fórum de Pró-Reitores, 2012). A experiência reforça, assim, que a qualificação profissional em Libras na saúde configura-se como imperativo ético-jurídico, capaz de operacionalizar o preceito constitucional da equidade (Brasil, 1988),

ainda que persistem desafios estruturais para sustentabilidade das ações, conforme discutido por Souza *et al.* (2024) em contextos similares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Orientação Farmacêutica em Libras" alcançou seus objetivos centrais ao capacitar a maioria dos participantes na comunicação básica em Libras aplicada ao contexto farmacêutico, com demonstração prática de competências em simulações e produção de materiais didáticos.

Os impactos positivos manifestaram-se concretamente na redução de barreiras comunicacionais em estabelecimentos locais e na maior autonomia de pessoas surdas no acesso a informações essenciais sobre saúde, fortalecendo a inclusão social. A integração entre estudantes e profissionais catalisou propostas de protocolos de atendimento acessível, alinhando-se às diretrizes legais de inclusão.

Para garantir continuidade, planeja-se expandir a iniciativa para outras áreas da saúde, estabelecendo parcerias com órgãos municipais e conselhos profissionais, além de institucionalizar as ações no núcleo de acessibilidade da instituição. A sustentabilidade será reforçada pela implementação de certificação formal e integração curricular, superando limitações iniciais relacionadas ao reconhecimento acadêmico da formação.

Esta experiência reforçou o valor indissociável da extensão universitária na formação de profissionais tecnicamente competentes e socialmente responsáveis, evidenciando o papel transformador da universidade na promoção de equidade. A articulação entre teoria, prática e demandas comunitárias demonstrou potencial para influenciar políticas públicas de acessibilidade.

Recomenda-se a outras instituições três caminhos principais: implementar políticas permanentes de inclusão da Libras nos currículos da saúde; estabelecer programas de formação continuada em parceria com órgãos de classe; e desenvolver materiais didáticos padronizados replicáveis em diferentes contextos.

Embora desafios estruturais persistam, como a necessidade de recursos para suporte especializado, a iniciativa consolida-se como modelo viável para construção de sociedades inclusivas, onde a diversidade linguística é reconhecida como direito fundamental e prática cotidiana.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à instituição de ensino superior, participantes do projeto, equipe de apoio, comunidade surda de Itapeva e demais colaboradores que contribuíram para o desenvolvimento e sucesso do projeto.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo**. Brasília, 13 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 05 jul. 2025

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 608, de 3 de outubro de 2018. Institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2018. Seção 1, p. 17. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cne-ces-608-2018-10-03.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA (UniFOA). **Entenda como a extensão universitária pode ajudar**. Volta Redonda, 2025. Disponível em:

<https://www.unifoa.edu.br/blog/entenda-a-extensao-universitaria/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jWkbsrPtGBnkwZ6njsDPkjz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2025.

CORRER, C. J.; PONTAROLO, R.; FERREIRA, L. C.; BAPTISTÃO, S. A. F. Riscos de problemas relacionados com medicamentos em pacientes de uma instituição geriátrica. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 55-62, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcf/a/NYC66dLmTbVSqF7BnK4dptD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2025.

COSTA, Axel Rocha de Alencar da; BRITO, Ítalo Rocha Lima; COSTA FILHO, Demócrito Andrade; PEIXOTO, Guilherme Bernardes; LIBERATO, Liciane Peixoto Costa; PARENTE, Mylla Araujo Borba; QUERIDO, Jéssica Alves; AGUIAR, Divaldo Aires; SANTANA, Ítalo Yure Godinho de; CARDOSO, Mylena Gomes do Nascimento; SILVA, Matheus Nascimento; VELOSO, João Gabriel Pereira; NOLETO, Hian Dias Neves; MENDES, Andrei de Oliveira; CARDOSO, Bárbara Leal. Capacitação em Libras entre profissionais de saúde mental e suas consequências: uma revisão integrativa. **Revista FT, Ciências da Saúde**, v. 28, n. 138, 2022. Disponível em: <https://revistافت.com.br/capacitacao-em-libras-entre-profissionais-de-saude-mental-e-suas-consequencias-uma-revisao-integrativa/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/paulo-freire/extensao-ou-comunicacao.pdf/view>. Acesso em: 05 jul. 2025.

FREIRE, S. de M. (2008). **Extensão Universitária e Direitos Humanos: Desafios na Contemporaneidade**. Extensão Em Foco, (2). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/24728>. Acesso em: 07 jul. 2025.

GESSER, Audrei. (2009). **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da comunidade surda**. Parábola Editorial. Disponível em: <https://audreigesser.paginas.ufsc.br/files/2010/11/livro.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

GONESI, T. C.; BORGES, C. M.; PEREIRA, A. C. A atenção farmacêutica: conceito, importância e contribuições para a prática clínica. **Revista Brasileira de Farmácia Clínica**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 85-92, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/3GGQn9CxTy9NkS8VxwdRHtP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

JEZINE, E. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

LIMA, E. L.; GUIMARÃES, L. A importância do farmacêutico para pessoas surdas: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 2418, nov. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/16695/9241/39629>. Acesso em: 05 jul. 2025.

OLIVEIRA, M. S.; FERNANDES, A. F. C.; SAWADA, N. O. **Manual educativo para o autocuidado da mulher mastectomizada: um estudo de validação**. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 115-123, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/m3ZKCK3Rbgphq9nszqJHcnn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2025.

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R.; LEITE, T. A. (orgs.). **Série Estudos de Língua de Sinais**. V.I. Florianópolis: Insular. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178905/Ronice_Muller_de_Quadros%2C_Marianne_Rossi_Stumpf%2C_Tarcisio_de_Arantes_Leite._Estudos_da_Lingua_Brasileira_de_Sinais_I.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 jul. 2025.

RAMOS, M. M. S., ISMERIN, A. B., MONTEIRO, A. M. D., SANTANA, E. L. de, SANTOS, F. L. C. dos, SIMÕES, F. X. P. C., EÇA, L. T. C. de, RIBEIRO, L. V. S., ANDRADE, R. de C. D. V., & FREITAS, M. da C. A. de. (2024). A importância da extensão universitária na formação acadêmica do discente: relato de experiência. **Caderno Pedagógico**, 21(3), e3055. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n3-043>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SOUSA, Maria Fernanda Neves Silveira de *et al*. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 395-405, maio/jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Lr7dq73TcmLt3GSsxv3H75J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SOUZA, Alciane Fabá de; NASCIMENTO, Jiovanna Silva do; SANTOS, Rodrigo Alex Silva; IZEL, Selma Rocha Douranth; OLIVEIRA, Talita Brito De; SOUZA, Dave Macklin Maia De. Atenção Farmacêutica para Surdos na Atenção Primária de Saúde. **Revista FT**, Ciências da Saúde, v. 28, n. 138, set. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/atencao-farmaceutica-para-surdos-na-atencao-primaria-de-saude/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. Disponível em: <https://fennel-pelican->

tps://squarespace.com/s/as-imagens-do-outro-sobre-a-cultura-surd.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **A importância da extensão universitária: conectando academia e comunidade**. Campinas, 2024. Disponível em: <https://www.proec.unicamp.br/extensionando/extensionando-o-que-e-extensao/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). Fragilidade na atenção à saúde dos surdos: reflexo na comunicação e na integralidade dos cuidados. **Revista Brasileira de Saúde**, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acr/a/dY4cCXTnjwZvVSRPmYJ6RWL/>. Acesso em: 10 jul. 2025.